



DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Anton Von Zuben, nº 2.155, Jardim São José, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.987.005/0001-98, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

COMPANHIA DPASCHOAL DE PARTICIPAÇÕES, sociedade por ações, com sede na Avenida Anton Von Zuben, nº 2.155, sala 30, Jardim São José, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 66.560.186/0001-41, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de fiadora ("Fiadora"); e

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade limitada credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º e 10º andares, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora e com a Fiadora, "Partes");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Comercial Automotiva S.A. ("Emissão" e "Escritura", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

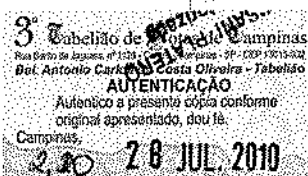
1.1. A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 12 de julho de 2010 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Emissora.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP")



e no jornal Folha de S. Paulo, Caderno de Campinas, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Inscrição da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP")

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.8.2 e 3.8.3 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

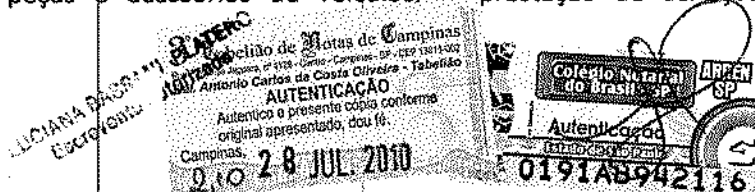
2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.5.1. A presente oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código de Regulação ANBIMA").

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (a) comércio, distribuição, importação e exportação de: pneumáticos, veículos, autopeças e acessórios de veículos, cordas, lonas, encerados plásticos e tendas, baterias e acumuladores elétricos, tintas, preservativos contra oxidação e outros danos, produtos e instrumentos de limpeza, óleos lubrificantes e graxas, artigos para iluminação, ferramentas e instrumentos portáteis, ferragens em geral, lixas, rebolos e abrasivos, aparelhos e instrumentos de medição e sinalização, alarme e segurança; (b) comércio, distribuição, importação e exportação de: elementos elétricos básicos para iluminação, discos e fitas, aparelhos e instrumentos para reprodução fotográfica, cinematográfica e óticos, materiais e produtos para calafetar, isolar e vedar, mangueiras em geral, vidros, cristais e espelhos, material de estofamento e artigos têxteis para limpeza, roupas e acessórios de roupas para uso comum, esportivo e profissional, artigos de viagem, jogos e artigos desportivos; (c) comércio, importação, exportação e desenvolvimento de programas para computadores; (d) prestação de serviços de manutenção de programas para computadores; (e) prestação de serviços de recauchutagem e recapagem de pneumáticos; (f) prestação de serviços de reparação, manutenção, montagem e alinhamento de pneumáticos, peças e acessórios de veículos; (g) prestação de serviços de locação de



pneumáticos e quaisquer outros bens relacionados nos itens "a" e "b" acima; (h.) prestação de serviços de cartão de crédito; (i) prestação de serviços de transporte; (j) prestação de serviços de intermediação e de representação comercial; (l) prestação de serviços de depósito de bens de terceiros; e (m) participação no capital de outras empresas, independente do setor econômico, mediante a aplicação de recursos próprios.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Fiadora, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única, conforme descrito na Cláusula 4.1.3.1 abaixo.

3.4. Montante da Emissão

3.4.1. O montante total da emissão será de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), em série única, na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 60 (sessenta) debêntures ("Debêntures").

3.6. Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.6.1. O banco mandatário e a instituição depositária das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Instituição Depositária", respectivamente).

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados através da presente Emissão serão destinados ao financiamento das atividades da Emissora.

3.8. Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do SDT; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

LUCIANA BASSANIN
Escritor

2010
28 JUL 2010

0191AB942117

3.8.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Instituição Intermediária"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.9.2. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pela Instituição Intermediária; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

3.9.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e de que (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.9.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pela Instituição Intermediária aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.10. Limite Legal da Emissão

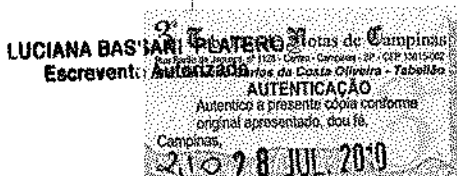
3.10.1. O valor total da Emissão, conforme disposto na Cláusula 3.4.1 acima, atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (i) o capital social integralizado da Emissora, nesta data, é de R\$ 170.904.000,00 (cento e setenta milhões e novecentos e quatro mil reais) e (ii) não existem outras debêntures de emissão da Emissora em circulação.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").



4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 60 (sessenta) Debêntures, em série única.

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 27 de julho de 2010 ("Data de Emissão").

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 03 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de julho de 2013 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de amortização extraordinária e de resgate antecipado por meio de oferta, nos termos das Cláusulas 5.3, 4.7.3 e 5.2 abaixo, respectivamente. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, como comprovante de titularidade das Debêntures custodiadas no SND, será expedido, pela CETIP, extrato em nome do debenturista.

4.1.8. Conversibilidade

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. Espécie

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e com garantia fidejussória da Fiadora.

4.1.10. Fiança

4.1.10.1. A Fiadora, por esta Escritura, obriga-se, em caráter irrevogável, perante os debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável, nos termos do artigo 275 e seguintes do Código Civil, por todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, quando houver, gastos com honorários



advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos debenturistas, e renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.1.10.2. A fiança é prestada pela Fiadora, em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as obrigações previstas nesta Escritura.

4.1.10.3. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.1.10.4. A Fiadora desde já concorda e obriga-se somente a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela Fiadora nos termos da fiança após os debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.1.10.5. A fiança é prestada pela Fiadora, devidamente representada por meio de seu diretor e sem necessidade de deliberação prévia em assembleia geral, reunião de conselho de administração ou reunião de diretoria, em conformidade com o artigo 12 de seu Estatuto Social arquivado na JUCESP sob o nº 198.881/10-1, em sessão de 09 de junho de 2010.

4.2. Subscrição

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas em uma única data a qualquer tempo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do início de distribuição.

4.2.2. Preço de Subscrição

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, acrescido, *pro rata temporis*, dos juros remuneratórios previstos na Cláusula 4.5 abaixo, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pelo subscritor.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

4.4. Atualização do Valor Nominal

4.4.1. Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

4.5. Remuneração

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 110,00% (cento e dez pontos percentuais) das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo ("Taxas DI"),

3º Tabelião de Notas de Campinas
LUCIANA BAISAM PLATERO
Escritor e Autorizada
Autenticação
Autentico a presente cópia conforme
original apresentado, dou fé.
Campinas
20/07/2010

Colégio Notarial do Brasil
ABRIL SP
Autenticação
0191AB942120

expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão nos termos da Cláusula 4.3.1 acima, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo ("Juros Remuneratórios").

4.5.1.2. Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

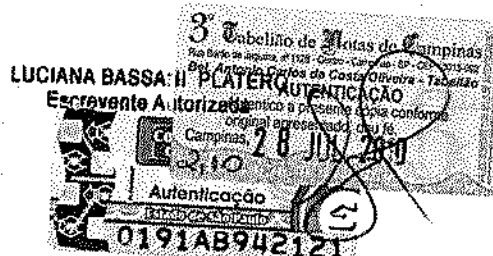
4.5.1.3. Os Juros Remuneratórios serão pagos trimestralmente, sendo o primeiro pagamento em 27 de outubro de 2010 e o último na Data de Vencimento. Caso as datas de pagamento não sejam dias úteis, o pagamento dos Juros Remuneratórios ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

4.5.1.4. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J	=	valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	=	valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorJuros	=	fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, se houver, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Handwritten signature and initials on the right side of the page.

$$\text{Fator Juros} = \text{Fator DI}$$

onde:

$$\text{Fator DI} =$$

produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

$$n_{DI} =$$

número total de Taxas DI, sendo "n_{DI}" um número inteiro;

$$p =$$

percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais;

$$TDI_k =$$

Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$$k = 1, 2, \dots, n;$$

$$DI_k = \text{Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.}$$

Notas de cálculo:

- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem

3 Tabelião de Notas de Campinas
LUCIANA BASSANI PLATERO
Escritório Autônomo
Autenticação
Autentico a presente cópia conforme original apresentado, dou fé.
Campinas,
22/10 28 JUL. 2010

Coletor No ar do Brasil
ARREN SP
Autenticação
Estado de São Paulo
0191AB942122

arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.5.1.5. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.5.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 05 (cinco) dias úteis da data esperada para sua divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), na forma e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e observado o artigo 3º da Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03, para a definição, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios em vigor. A Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação ou da determinação judicial pela não aplicação da Taxa DI, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.1.7. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar, a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará, antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da data de subscrição e integralização ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou

3º Tabelião de Notas de Campinas
Rua Barão de Aguiar, nº 1129 - Centro - Campinas - SP - CEP 13104-004
Bel. Antonio Carlos da Costa Oliveira - Tabelião

LUCIANA BASSANI, PLATELIFICADORA
Escrevente Autorizada
Campos

210 28 JUL. 2010

Colégio Notarial do Brasil - SP
Autenticado
101-01600-0101
0191AB942123

- (ii) a Emissora deverá apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), de acordo com o estabelecido na Cláusula 8 abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e ser aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. Amortização

4.7.1. O Valor Nominal das Debêntures será amortizado em 08 (oito) parcelas iguais e consecutivas, nos valores, percentuais e datas abaixo indicados, salvo as possibilidades de amortização extraordinária, de aquisição antecipada facultativa e de oferta de resgate antecipado, conforme estabelecido nas Cláusulas 4.7.3, 5.1 e 5.2 abaixo, respectivamente.

Parcela	Data de Pagamento	Valor	Percentual
1	27 de outubro de 2011	R\$7.500.000,00	12,5000
2	27 de janeiro de 2012	R\$7.500.000,00	12,5000
3	27 de abril de 2012	R\$7.500.000,00	12,5000
4	27 de julho de 2012	R\$7.500.000,00	12,5000
5	27 de outubro de 2012	R\$7.500.000,00	12,5000
6	27 de janeiro de 2013	R\$7.500.000,00	12,5000
7	27 de abril de 2013	R\$7.500.000,00	12,5000
8	27 de julho de 2013	R\$7.500.000,00	12,5000

4.7.2. O pagamento da Remuneração será trimestral, nos termos da Cláusula 4.5.1.3 acima.

4.7.3. Não obstante o disposto na Cláusula 4.7.1 acima, a Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, amortização extraordinária parcial do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária"), em conformidade com as subcláusulas a seguir.

4.7.3.1. A Amortização Extraordinária só poderá ser realizada nas mesmas datas de pagamento da amortização ordinária conforme estabelecido nos termos da Cláusula 4.7.1 acima e deverá ser precedida de notificação por escrito ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("Notificação da Amortização Extraordinária") e limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do Valor Nominal das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP da realização de Amortização Extraordinária com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária.

3^o Tabelião de Notas de Campinas
Rua Roberto Aguiar, nº 1108 - Centro - Campinas - SP - CEP 13015-002
Bel. Antonio Carlos da Costa Oliveira - Tabelião
LUCIANA BASSANI PLATÃO
Autenticado a presente cópia conforme
Escritura Autenticada Original apresentado, dou fé.
Campinas, 28 JUL 2010

Colegio Notarial do Brasil - SP
Autenticação
Estado de São Paulo
0191AB942124

4.7.3.2. O valor da amortização extraordinária devida pela Emissora será equivalente: (a) ao saldo do Valor Nominal a ser amortizado acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos e não pagos até a data de Amortização Extraordinária e (b) sobre o montante a ser pago conforme o item (a) anterior será acrescido um prêmio de acordo com o momento em que a Emissora optar por realizar a amortização extraordinária ("Valor da Amortização Extraordinária"):

(i) caso a amortização extraordinária ocorra juntamente com a 1ª (primeira), 2ª (segunda), 3ª (terceira) ou 4ª (quarta) parcelas da amortização ordinária, de acordo com a Cláusula 4.7.1 acima - prêmio de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre o montante devido em conformidade com a alínea (a) da Cláusula 4.7.3.2, conforme calculado pelo Agente Fiduciário; e

(ii) caso a amortização extraordinária ocorra juntamente com a 5ª (quinta), 6ª (sexta), 7ª (sétima) ou 8ª (oitava) parcelas da amortização ordinária, de acordo com a Cláusula 4.7.1 acima - prêmio de 1,0% (um por cento) sobre o montante devido em conformidade com a alínea (a) da Cláusula 4.7.3.2, conforme calculado pelo Agente Fiduciário.

4.7.3.3. A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária, que deverá coincidir com datas de pagamento da amortização ordinária, conforme estabelecido nos termos da Cláusula 4.7.1 acima; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido do Valor da Amortização Extraordinária.

4.7.3.4. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta Cláusula 4.7.3 e subcláusulas, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND.

4.7.3.5. No caso de Amortização Extraordinária, o Valor Nominal a ser amortizado na Data de Vencimento e os Juros Remuneratórios a serem pagos nas datas de pagamento de Juros Remuneratórios seguintes serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária.

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas no SND: (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária (em caso de decisão judicial que assegure tal imunidade ou isenção, a mesma somente será aceita se transitada em julgado), sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do

3ª Tabelião de Notas de Campinas
LUCIANA BASSANI PRATER
Escritório Autenticado
Autentico a presente cópia conforme
original apresentado, dou fé.
Campinas, 28 JUL. 2010

Código Notarial do Brasil - SP
ARPEN-SP
Autenticado
(assinado em 28/07/2010)
0191A8942125

pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.2. Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo ou na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.8.3. Encargos Moratórios

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

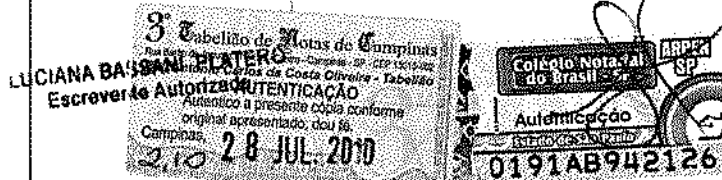
4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal Folha de S. Paulo, Caderno de Campinas, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DA OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao de seu Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das



Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.2.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista nas Cláusulas 3.8.2 e 3.8.3 acima.

5.2. Oferta de Resgate Antecipado

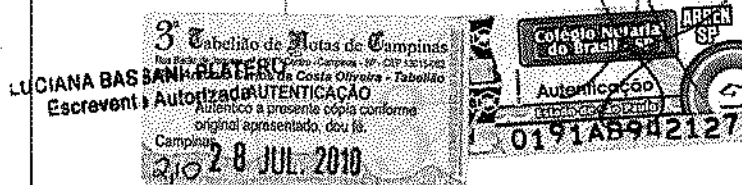
5.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Assembléia Geral Extraordinária, realizar, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, endereçadas a todos os debenturistas sem distinção, sendo assegurada a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será realizada da seguinte forma:

5.2.1.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a oferta e resgate será da totalidade das Debêntures ou se será parcial e, neste caso, deverá estar descrito em tal edital o procedimento para a aquisição parcial (sorteio ou atendimento em ordem cronológica ou rateio); (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do debenturista que aceitar a oferta de resgate; (iv) data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão dos debenturistas.

5.2.1.2. Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar à Emissora no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis. Ao final desse prazo, a Emissora terá 03 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as debêntures objeto da oferta serão resgatadas em uma única data. Fica estabelecido que: (i) para as debêntures registradas no SND, o resgate antecipado ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.2.1.3. A Emissora poderá condicionar o resgate antecipado pela oferta à aceitação deste por um percentual mínimo de debenturistas a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado e não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) dos debenturistas. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado.

5.2.1.4. O valor a ser pago aos debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios devidos e ainda não pagos até a data de Resgate Antecipado, calculados nos termos da Cláusula 4.5.1 acima; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.



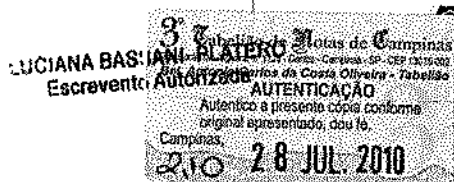
5.2.1.5. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SNB.

5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado

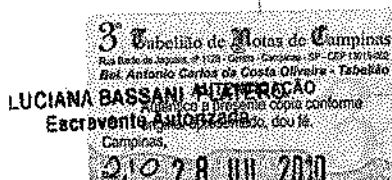
5.3.1.1. O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.2 e 5.3.1.3 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da data de subscrição e integralização até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) provarem-se falsas, inconsistentes, incorretas, insuficientes ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora no âmbito da Emissão;
- (ii) não pagamento pela Emissora e/ou pela Fiadora, nas respectivas datas de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, não sanado no prazo de 02 (dois) dias úteis contado da respectiva data de vencimento;
- (iii) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, em especial aquelas dispostas nas Cláusulas 6.1 e 6.2 abaixo, salvo se tal descumprimento seja comprovadamente sanado pela Emissora e/ou pela Fiadora no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do evento de inadimplemento da obrigação;
- (iv) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou da Fiadora, em valor individual ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que foram suspensos os efeitos do vencimento antecipado por meio de medida judicial ou arbitral ou mediante acordo;
- (v) redução do capital social da Emissora e/ou da Fiadora, sem aprovação prévia de debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembléia específica de que trata o artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) distribuição, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de dividendos ou de juros sobre capital próprio caso a Emissora e/ou a Fiadora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer valor devido aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura, ressalvado, entretanto: (a) para a Emissora, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) para a Fiadora, o pagamento do dividendo mínimo de 10% (dez por cento) do lucro líquido ajustado do período, conforme estabelecido no artigo 21 de seu Estatuto Social arquivado na JUCESP sob o nº 198.881/10-1, em sessão de 9 de junho de 2010;
- (vii) alteração dos acionistas controladores da Companhia e/ou da Fiadora, diretos ou indiretos, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das



Sociedades por Ações, ou variações em posições acionárias da Companhia e/ou da Fiadora iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) de uma mesma espécie ou classe de ações, sem o prévio consentimento dos debenturistas reunidos em assembleia específica com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência do evento de alteração da posição acionária e/ou troca de controle direto ou indireto da Emissora e/ou da Fiadora, sendo que tal consentimento deverá ser de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

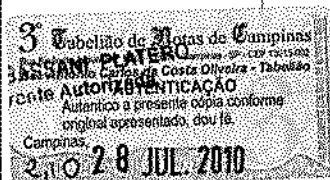
- (viii) operações de cisão, fusão, incorporação de sociedades, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Fiadora, sem o prévio consentimento dos debenturistas reunidos em assembleia específica de que trata o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, realizada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da aprovação de qualquer das formas de reorganização societária ora mencionadas, sendo que tal consentimento deverá ser de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (ix) protesto de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza de origem não-tributária contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, ainda que na condição de garantidoras, com valor unitário ou agregado superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) que não seja sanado no prazo de 10 (dez) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se tal protesto for cancelado, sustado ou suspenso no prazo de 10 (dez) dias contados da data do protesto;
- (x) protesto de título ou de obrigação de origem tributária contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, com valor unitário ou agregado superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) que não seja sanado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se tal protesto for cancelado, sustado ou suspenso no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados da data do protesto;
- (xi) não cumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de uma ou mais sentenças arbitrais, administrativa de entidade regulatória ou judiciais transitadas em julgado contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, conforme o caso, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente em outras moedas, no prazo de 05 (cinco) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal sentença for extinta ou tiver sua eficácia suspensa durante prazo de 10 (dez) dias, enquanto permanecer a suspensão;
- (xii) apresentação ou requerimento, pela a Emissora e/ou pela Fiadora, de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial ou requerimento de autofalência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
- (xiii) apresentação ou requerimento, por terceiros contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de falência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, que não seja elidida no prazo de 15 (quinze) dias corridos;
- (xiv) transformação da Emissora em outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;



- (xv) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora e/ou da Fiadora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (xvi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou da Fiadora das obrigações a serem assumidas na Escritura, exceto se (a) tal operação de transferência ou cessão tiver sido aprovada por titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação ou (b) decorrer de operação de fusão, incorporação de sociedades ou cisão previamente aprovada por titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (xvii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Fiadora;
- (xviii) constituição, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de quaisquer ônus ou gravames (a) sobre seus bens móveis ou imóveis, cujo valor individual ou agregado dos ônus ou gravames, conforme o caso, supere 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido consolidado da Fiadora apurado nas últimas demonstrações financeiras divulgadas; ou (b) sobre as ações de emissão da Emissora e/ou da Fiadora (excluídas as ações preferenciais de emissão da Emissora e/ou da Fiadora detidas por seus respectivos empregados), em qualquer dos casos (a) ou (b) sem aprovação prévia de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, reunidos em assembléia específica;
- (xix) (a) alienação de ativos pela Emissora e/ou pela Fiadora ou (b) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora e/ou da Fiadora, que, individual ou conjuntamente, em qualquer dos casos (a) e/ou (b), representem 40% (quarenta por cento) do ativo consolidado da Fiadora apurado nas últimas demonstrações financeiras disponíveis auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (xx) as obrigações de pagar da Emissora e/ou da Fiadora, se o caso, previstas nesta Escritura deixarem de concorrer *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora e/ou da Fiadora, conforme o caso, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por disposição legal; e
- (xxi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e licenças da Emissora e/ou da Fiadora, inclusive ambientais, necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação aplicável.

5.3.1.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (ii), (vii) e (xii) acima, os quais deverão ser imediatamente informados ao Agente Fiduciário pela Emissora e/ou pela Fiadora, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

5.3.1.3. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento da Cláusula 5.3.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo. Caso decidam contra o vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado



somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

5.3.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Mandatário informando tal evento.

5.3.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, a contar do protocolo na CETIP da carta mencionada na Cláusula 5.3.2 acima.

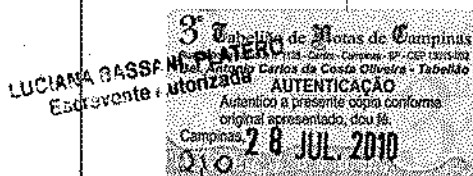
5.3.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.8.3 acima.

5.3.5. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados na Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no SND, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.4 acima ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 03 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM;
 - (b) dentro de 05 (cinco) dias úteis após sua realização, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas; e
 - (c) informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura imediatamente após a sua ocorrência.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;



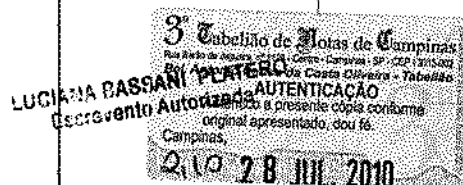
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente a Instituição Intermediária; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura para todos os fins de direito;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura;



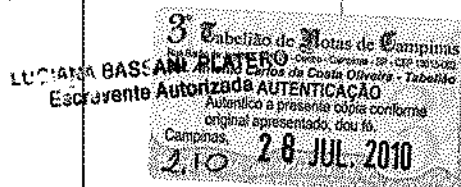
- (xi) manter seus ativos segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a roundição de seus negócios e para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil;
- (xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (xiii) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo, mas não se limitando: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Instituição Depositária e assessores legais;
- (xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xv) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;
- (xvi) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de todas as licenças, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis;
- (xvii) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante qualquer autoridade governamental ou fiscal, bem como efetuar o pontual pagamento de qualquer tributo que seja devido ou que deva recolher, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável; e
- (xviii) não celebrar contratos de mútuo, na qualidade de mutuante ou mutuária, com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora e/ou a Fiadora cujo valor, individual ou agregado, supere R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e em qualquer caso desde que nos respectivos contratos seja expressamente indicado que os respectivos créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada, de modo que, no caso de falência da Emissora e/ou da Fiadora, o crédito dos titulares das Debêntures terá preferência sobre eventuais créditos de partes relacionadas decorrentes de tais mútuos.

6.2. A Fiadora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 03 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer de auditores independentes registrados na CVM;



- (b) dentro de 05 (cinco) dias úteis após sua realização, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas; e
- (c) informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura imediatamente após a sua ocorrência, inclusive os da Emissora de que tiver conhecimento como acionista controladora.
- (ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (iii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (iv) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Fiadora;
- (v) manter seus ativos segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos;
- (vi) caso a Emissora não o faça pontualmente, responsabilizar-se pelo imediato pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (vii) caso a Emissora não o faça pontualmente, arcar com todos os custos decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo, mas não se limitando: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Instituição Depositária e assessores legais;
- (viii) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de todas as licenças, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis;
- (ix) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante qualquer autoridade governamental ou fiscal, bem como efetuar o pontual pagamento de qualquer tributo que seja devido ou que devesse recolher, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável; e
- (x) não celebrar contratos de mútuo, na qualidade de mutuante ou mutuária, com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora e/ou a Fiadora cujo valor, individual ou agregado, supere R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e em qualquer caso desde que nos respectivos contratos seja expressamente indicado que os respectivos créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada, de modo que, no caso de falência da Emissora e/ou da Fiadora, o crédito dos titulares das Debêntures terá preferência sobre eventuais créditos de partes relacionadas decorrentes de tais mútuos.



7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

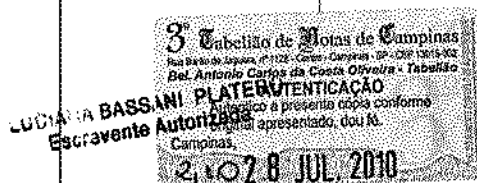
7.1. A Emissora constitui e nomeia a SLW Corretora de valores e Câmbio Ltda. como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- (x) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.



7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar a convocação.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

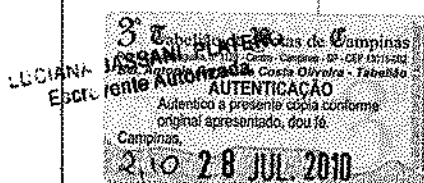
7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



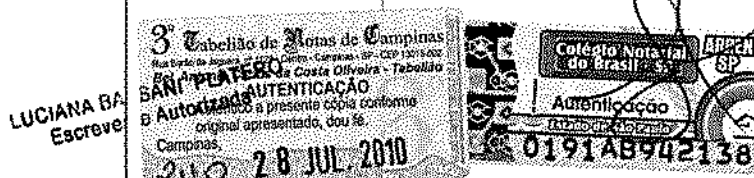
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória da Fiadora, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;



- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede da Instituição Intermediária, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
- (xv) enviar comunicado aos debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- (xviii) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e



(iv) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$12.000,00 (doze mil reais), devida pela Emissora.

7.7.1. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado por meio de oferta nos termos da Cláusula 5.2 acima da totalidade das Debêntures em circulação, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

7.7.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela anual de que trata a Cláusula 7.7 acima.

7.7.4. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); e (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.5. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

7.7.6. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.7. A remuneração descrita na Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para

3 Tabelião de Notas de Campinas
Partido de Aquino, nº 112 - Centro - Campinas - SP - CEP 13010-000
Bel. Antonio Carlos da Costa Oliveira - Tabelião
AUTENTICAÇÃO
Original apresentado, dou fé.
Campinas 28 JUL 2010
LUCIANA BASSINI PLATER
Escrevente Autorizada

Colégio Notarial do Brasil - SP
ARCA SP
Autenticação
0191AB942139

realizar seus créditos. Caso estas despesas somem mais de R\$1.000,00 (um mil reais), o Agente Fiduciário deve avisar a Emissora e enviar todos os comprovantes de despesas para que esta possa acompanhar tais gastos.

7.8.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos debenturistas ou aquele que for designado pela CVM.

8.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, e de não declaração de vencimento antecipado em determinadas hipóteses consoante a Cláusula 5.3.1.3 acima, que dependerá da aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

9.1. A Emissora e a Fiadora declaram e garantem, individualmente e em relação a si própria, que, na data de assinatura desta Escritura:

3^o Tabelião de Notas de Campinas
Rua São João, 100 - Campinas - SP - CEP: 13010-000
Fone: (19) 321-1111
Tabela de Honorários da Costa Oliveira - Tabela 88c

LUCIANA BASSANI PLATERO
Escritor e Autorizada Autenticação

Autentico a presente cópia conforme original apresentado, dou fé.

Campinas,
28 JUL, 2010

Colégio Notarial do Brasil - SP
Autenticado
0191AB942140

- (i) são sociedades por ações devidamente constituídas, com existências válidas e em situações regular segundo as leis do Brasil, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seus objetos sociais;
- (ii) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou pela Fiadora;
- (iv) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora e/ou a Fiadora sejam partes, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Fiadora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) as suas situações econômicas, financeiras e patrimoniais, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência em relação às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (viii) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e de 31 de março de 2010 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (ix) cumprirão com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (x) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (xi) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.



10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora;

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.

Avenida Anton Von Zuben, nº 2.155

Campinas, SP

CEP 13051-900

At.: Srs. Artur Menegon da Cruz / Osmael Parrilha Quintana Breda

Telephone: (19) 3728-8268 / 3728-8229

Fax: (19) 3728-8250

e-mail: artur.cruz@dpaschoal.com.br / osmael@dpaschoal.com.br

(ii) Para a Fiadora

COMPANHIA DPASCHOAL DE PARTICIPAÇÕES

Avenida Anton Von Zuben, nº 2.155, sala 30

Campinas, SP

CEP 13051-900

At.: Sr. José Luzia Molina

Telephone: (19) 3728-8211

Fax: (19) 3728-8250

e-mail: jlm@dpaschoal.com.br

(iii) Para o Agente Fiduciário:

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6 e 10º andares

São Paulo, SP

CEP:04530-001

At.: Gregoli Pedroso Tasso

Telephone: (11) 3048-9763 / 3048-9915

Fax: (11) 3048-9910

e-mail:gregoli@slw.com.br

(iv) Para o Banco Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo Velho, 2º andar

Osasco, SP

CEP: 06029-900

At.: Sr. Marcelo Poli

Telephone: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-5645

e-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br



(v) Para a Instituição Depositária:

BANCO BRADESCO S.A.

Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo Velho, 2º andar
Osasco, SP
CEP: 06029-900
At.: Sr. Marcelo Poli
Telefone: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-5645
e-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

(vi) Para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar
Rio de Janeiro, RJ
CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

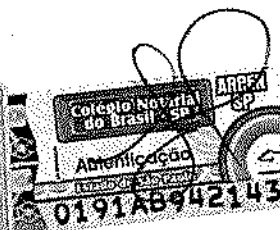
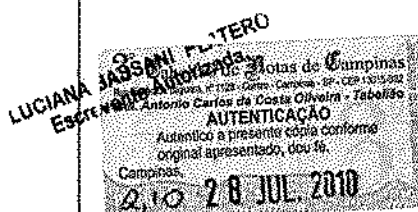
Av. Brig. Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
São Paulo, SP
CEP 01452-001
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564

10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário, ao Agente Fiduciário e à Instituição Depositária pela Emissora.

10.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo ou na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.



10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11. FORO

11.1. Fica eleito o Foro de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

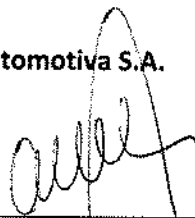
E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 12 de julho de 2010.



[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Comercial Automotiva S.A. celebrado em 12 de julho de 2010.]

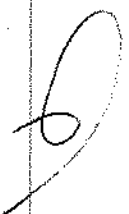
Comercial Automotiva S.A.



Nome: José Luzia Molina
Cargo: Diretor

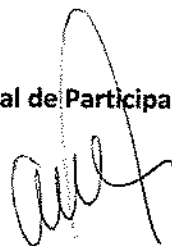


fi: X

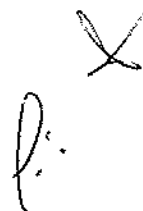


[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Comercial Automotiva S.A. celebrado em 12 de julho de 2010.]

Companhia DPaschoal de Participações



Nome: José Luzia Molina
Cargo: Diretor Financeiro





Comercial Automotiva S.A.

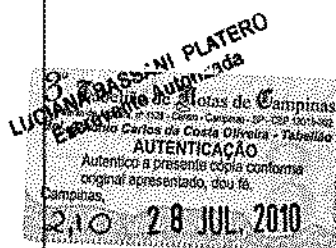


[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Comercial Automotiva S.A. celebrado em 12 de julho de 2010.]

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

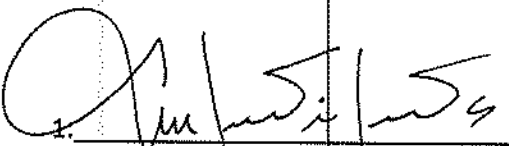

Nome: Felipe Coimbra Aboi André
Cargo: Diretoria Compliance
SLW CVC Ltda.


Nome: Gregoli Pedroso Tasso
Cargo: Depto. Agente Fiduciário
SLWCVC LTDA.

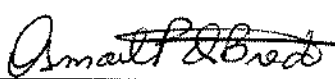


[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Comercial Automotiva S.A. celebrado em 12 de julho de 2010.]

Testemunhas:

1. 

Nome: Clayton Pereira da Silva
RG: 30.964.654-6

2. 

Nome: Osmael Parrilha Quintana Breda
RG: 20.776.503-0

